



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 151/1955

Modifica condições de operação de crédito já autorizada.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica a lei nº 150, de 26 de agosto de 1955, modificado para contemplar a seguinte alteração:

O empréstimo de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) autorizado terá como garantia especial:

a) a parte disponível da cota anual do imposto de renda de acordo com o artigo 15 §4º da Constituição Federal, devendo a Prefeitura conferir procuração irrevogável, com efeitos de causa própria, ao estabelecimento que conceder o empréstimo;

b) a renda do serviço de energia elétrica do município;

c) a cota de renda prevista no artigo 20 da Constituição Federal;

d) o imposto de indústrias e profissões, no que baste para contemplar ou reforçar os encargos assumidos para o estabelecimento credor.

Art. 2º A renda destinada à garantia dos compromissos decorrentes do empréstimo já especificados considerar-se-ão vinculadas, indissoluvelmente, e à disposição do financiador, desde o registro do respectivo contrato perante o Tribunal de Contas do Estado até a liquidação do débito contraído.

Art. 3º O prazo do empréstimo será, no máximo, de 15 (anos), devendo a Prefeitura entrar em entendimento, com o estabelecimento financiador para que assegure, também, o pagamento à Empresa que fornecer o equipamento eletro-mecânico que se instalar.

Art. 4º O empréstimo ora autorizado deverá cingir-se ao valor das obras a financiar e as possibilidades econômico-financeira deste município, segundo o estudo dos órgãos técnicos e do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º O Prefeito poderá dispensar a quantia necessária à organização do plano técnico do serviço a financiar e a lavratura e registro do respectivo contrato, ficando autorizado, também, a aceitar cláusulas inclusive o fora da outra parte contratante e, bem assim, a cláusula que estabelecer a irrevogabilidade da procuração que o município outorgar para recebimento das cotas anuais do imposto de renda até a liquidação das obrigações assumidas.

Art. 6º A presente lei vigorará da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Passa Quatro, 1 de novembro de 1955.

Francisco Galvão César

Prefeito Municipal

Ary Simões Coelho

Secretário